



AÇÕES DE EXTENSÃO COMO INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO NEGAF/UNISC-RS

Autores:

CIDONEA MACHADO DEPONTI - PPGDR/UNISC - cidonea@unisc.br

ROSANE BERNARDETE BROCHIER KIST - UNISC - rosanekist2009@hotmail.com

SILVIO CEZAR AREND - PPGDR/UNISC - silvio@unisc.br

Resumo:

O objetivo deste artigo é relatar a experiência desenvolvida pela equipe interdisciplinar do Núcleo de Extensão Tecnológica e de Gestão Rural para a Agricultura Familiar (NEGAF). O Núcleo conta com a parceria de diversas instituições, dentre elas: a EMATER/ASCAR-RS, as Secretarias de Agricultura, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O objetivo geral do Núcleo é receber demandas de agricultores familiares relacionadas à gestão rural, buscando desenvolver sistemas adequados às necessidades dos agricultores familiares. Algumas considerações podem ser feitas, tais como a aproximação dos agricultores com a universidade e a possibilidade de de construção de um conhecimento híbrido, obtido através da interface social entre o conhecimento científico dos professores, dos alunos e dos parceiros envolvidos no processo. Assim, concluiu-se que o referido Núcleo possui uma relevância social à medida que possibilita através da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a produção do conhecimento e a contribuição do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC com o desenvolvimento do Vale do Caí e da região de Sobradinho, através do envolvimento de alunos e de professores da graduação da pós-graduação, da comunidade local, de organizações sociais.

AÇÕES DE EXTENSÃO COMO INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO NEGAF/UNISC-RS

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a experiência de extensão tecnológica realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional através do Núcleo de Extensão Tecnológica e de Gestão Rural para a Agricultura Familiar, vinculado ao Projeto “O uso e a apropriação de tecnologias pela agricultura familiar no Vale do Caí-RS”, financiado pelo MCTI/CNPq, FAPERGS e UNISC. O Núcleo conta com a parceria da EMATER/ASCAR-RS, do CETAM/Montenegro, dos alunos dos cursos de graduação em Contábeis e Administração do Campus de Montenegro/UNISC, da ACI/Montenegro-Pareci Novo, da Secretaria do Campus de Montenegro e das Secretarias de Agricultura dos municípios do Vale do Caí. A equipe do projeto caracteriza-se como interdisciplinar, pois agrupa professores e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, dentre elas economia, administração, serviço social, contabilidade e sistemas de informação.

O Núcleo foi criado a partir do Projeto já referido em que se verificou, através dos resultados da pesquisa, que havia grande demanda dos agricultores da região por mecanismos e instrumentos de controle e de gestão rural da propriedade. Dessa forma, criou-se o Núcleo de Extensão Tecnológica e de Gestão Rural para a Agricultura Familiar (NEGAF) que possui os seguintes objetivos: receber demandas de agricultores familiares relacionadas à gestão rural; auxiliá-los nos processos de registro das informações, controle gerencial e de custos; realizar o acompanhamento *in loco* das propriedades dos agricultores familiares que buscarem a Universidade; e desenvolver um sistema de gestão rural da propriedade adequado às necessidades dos agricultores familiares. No ano de 2018, as ações do NEGAF, além dos objetivos acima destacados, desenvolveram-se em torno da valorização da agricultura familiar.

Neste artigo serão apresentadas as atividades de extensão desenvolvidas pelo Núcleo desde sua criação em de março de 2017 a outubro de 2018. Em termos teóricos serão utilizados referenciais que buscam compreender o processo de intervenção para o desenvolvimento regional e o processo de construção coletiva do conhecimento. Metodologicamente utilizaram-se técnicas de coleta de dados como a revisão de literatura e a observação participante, além do acompanhamento das atividades realizadas pelo Núcleo, tratando-se de um relato de experiência.

Este artigo está estruturado em três itens, apresentando-se inicialmente a experiência de extensão tecnológica para a agricultura familiar, explicitando-se o processo

de realização das oficinas de extensão e a experiência do processo de gestão das propriedades rurais realizado pelos agricultores familiares. O segundo item apresenta o processo de construção de um instrumento de gestão da propriedade rural elaborado pelos agricultores familiares e, no terceiro item, aborda-se o desafio do processo de mediação social. Ao final, apresentam-se algumas considerações e reflexões sobre o tema.

1. A EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Os autores Arend, Deponti e Kist (2017) ressaltam a importância do desenvolvimento deste projeto de pesquisa e de extensão a partir do PPGDR/UNISC, revelando a preocupação com o desenvolvimento da região. Identificam-se que a produção do conhecimento pressupõe a relação dialética entre o ensino, a pesquisa e a extensão de modo a garantir que todo o conhecimento produzido, tanto no âmbito da pesquisa como do ensino, deve estar diretamente relacionado com os interesses da sociedade.

Nesse sentido, uma experiência de extensão tecnológica representa uma forma de intervenção realizada por determinados atores em uma realidade concreta. No caso do Núcleo ora analisado esse processo ocorre através da intervenção de uma equipe de alunos, de professores, de pesquisadores e de demais atores da sociedade em um ambiente de agricultura familiar. Especificamente, nas formas de gestão da propriedade rural, mediadas por de tecnologias de gestão. Estas últimas se caracterizam por planilhas, softwares, cálculos de demonstração de resultados, de custos de produção que auxiliam na tomada de decisão.

Embora as atividades supracitadas tenham sido o foco do NEGAF no ano de 2017, no ano de 2018 houve um foco na valorização da agricultura familiar como um todo e à compreensão dos processos de intervenção realizados juntos aos agricultores, tendo-se como base a mediação social.

Partindo-se dessa premissa, apresentam-se alguns elementos identificados através do processo de pesquisa e de extensão referido. Inicialmente será evidenciado o processo metodológico de realização das oficinas, seguido de uma análise com base em alguns resultados obtidos através da experiência de extensão tecnológica desenvolvida junto aos agricultores familiares do Vale do Caí e de Sobradinho-RS.

1.1 AS OFICINAS DE INTEGRAÇÃO

As oficinas de integração constituíram-se em momentos de interação e de participação envolvendo toda a equipe do projeto e os agricultores componentes. Estas oficinas foram realizadas com o intuito de aproximar os agricultores à Universidade e de aproximar a Universidade à comunidade. As atividades que compuseram as oficinas consistiram na apresentação da equipe componente do Núcleo, dos agricultores, e das organizações envolvidas; no conhecimento do Núcleo tendo-se em vista a apropriação dos agricultores sobre os objetivos do mesmo; e na realização das oficinas propriamente ditas.

Estas oficinas contemplaram as seguintes questões: a primeira constituiu-se em uma apresentação do Projeto de Pesquisa no qual o Núcleo está vinculado e na apresentação do próprio Núcleo e de seus objetivos, além da mobilização dos agricultores para participação das atividades; a segunda abordou a importância da educação financeira e do controle de despesas e de receitas na propriedade, além de possibilitar uma aproximação dos agricultores às principais mídias, tais como: acesso aos computadores e as principais tecnologias de informação e de comunicação (como o uso da internet, e-mail, acesso a sites, comunicadores instantâneos); a terceira, quarta e quinta consistiram em palestras que abordaram, respectivamente, temas como empreendedorismo, cooperação e motivação para o trabalho; o Código de Defesa do Consumidor; e o controle gerencial e custos de produção.

Para a realização da primeira oficina foram identificados alguns desafios para sua operacionalização, dentre eles se destaca a dificuldade de organizar um horário que permitisse a presença de todos os agricultores participantes do Núcleo, uma vez que as atividades cotidianas e o grande número de atividades nas quais estes agricultores estão envolvidos exigiram da equipe um esforço em ajustar os horários. Esta dificuldade gerou a necessidade de realizar contato telefônico prévio com os agricultores antes da realização da oficina, foram contatados, via ligação telefônica e whatsapp 100 (cem) agricultores familiares, embora apenas em torno de 60 agricultores tivessem manifestado interesse em participar das atividades de extensão, quando da realização do roteiro semiestruturado, instrumento utilizado na fase da pesquisa. A participação dos agricultores foi restrita, ou seja, menor do que a esperada, de modo geral, em todas as atividades de extensão realizadas. Na primeira oficina participaram aproximadamente 40 pessoas. No entanto, apenas 18 agricultores resolveram participar das atividades vinculadas ao Núcleo, especialmente no que se refere à qualificação das atividades e da gestão rural de suas propriedades.

A equipe realizou várias discussões e reflexões sobre a melhor maneira de abordagem das temáticas desenvolvidas e também, por diversas vezes, questionou-se sobre a ausência ou desinteresse por parte dos agricultores. Conforme já destacado em Arend, Deponti e Kist (2017) tal reflexão levou a equipe a encontrar outras estratégias para a operacionalização das atividades do NEGAF, na qual se optou pelo seu processo de divulgação na mídia, especialmente através de jornal, rádio e TV¹.

O trabalho realizado pela equipe do Núcleo tem procurado avançar em termos de intervenção, no sentido de construção coletiva, ou seja, de aproximar os sistemas de sentido, de aproximar a Universidade à Comunidade, o conhecimento científico ao conhecimento popular. Esse encontro de mundos distintos é desafiador e será melhor discutido na seção sobre gestão rural.

¹ Nos seguintes links encontram-se formas de divulgação do trabalho realizado pela equipe do projeto:
<https://www.youtube.com/watch?v=PqAQ-8mP8uE>; <https://www.youtube.com/watch?v=6d-2OKKex1o>;
<https://www.youtube.com/watch?v=qBnScLPpTwU>.

O Núcleo também realizou, participou e auxiliou os agricultores familiares em diversas atividades, dentre elas destacam-se:

a) Participação na Audiência Pública Acesso à Telefonia Móvel e Internet (2017) – oportunidade em que foi apresentado para o público presente o resultado da pesquisa que originou o Núcleo. Esses resultados foram encaminhados para a Assembleia Legislativas aos cuidados do Deputado Elton Weber para dar subsídios à construção do Projeto de Lei sobre Telefonia Móvel no Meio Rural;

b) Auxílio para participação de dois agricultores vinculados ao Núcleo na Chamada Pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Instituto Federal de Feliz (2017);

c) Participação e acompanhamento dos agricultores ao Seminário sobre Agroindústria realizado pelo SEBRAE, no município de Venâncio Aires (2017);

d) Participação do Seminário sobre a Produção Agroindustrial Artesanal realizado pela FETAG e UERGS, na UFSM, em Santa Maria, em 2017. Elaboração de documento que será enviado ao Ministério Público Estadual para discussão sobre a situação da agricultura familiar;

e) Participação do Dia C da Ciência com a Oficina de Integração sobre Empreendedorismo, Cooperação e Motivação para o Trabalho, conduzida por Carlos Esau (2017);

f) Participação em dois Programas de Rádio, Rádio América e Rádio Viva para divulgação da palestra referida, em alusão ao Dia C da Ciência (2017);

g) Análise econômica e contábil de 06 propriedades vinculadas ao Núcleo (2017);

h) Entrega dos resultados da análise para 2 propriedades, até esta data (2018);

i) Apresentação em eventos científicos (2017 e 2018);

k) Publicação de artigos científicos (2017 e 2018);

l) Prêmio de Honra ao Mérito – Salão de Extensão e Ensino da UNISC – (2017);

m) Participação na 1ª Semana da Agricultura Familiar de Montenegro (2018): com palestra a sobre Gestão Rural, ministrada por Fernando Fontoura; relato de experiência com os bolsistas/agricultores Diego Folmer e Fernando Wagner; visita à propriedade rural do agricultor Rodrigo Faria da localidade de Canavial – São José do Sul; participação na Feira da AF na Praça com a agricultora Izabel;

n) Palestra no Programa de Pós Graduação em Economia e Desenvolvimento (PPGED/UFSM), em Santa Maria, em 2018, intitulada “Intervenção para o Desenvolvimento

Regional”, em que foi apresentada a experiência do NEGAF no Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento;

o) Participação da CARAVANA NAÇÃO AGRO – Rio Pardo, (2018) – com a realização da palestra “Tendências para o futuro da agricultura familiar no Brasil”, programa de rádio transmitido online;

p) Participação do Salão de Extensão da UFRGS na Modalidade Tertúlia (2018);

q) Destaque Salão de Extensão UFRGS 2018 – Modalidade Tertúlia;

r) Prêmio Destaque Salão de Extensão UFRGS 2018;

s) Participação na Semana da Ciência e da Tecnologia com o tema “De onde vem o alimento?” e visita à propriedade rural do agricultor Felipe Kranz, com a participação dos primeiros anos do Ensino Fundamental do Instituto de Educação São José (Escola Comunitária) de Montenegro-RS, (2018);

t) Apresentação no Salão de Extensão e Ensino da UNISC – (2018);

u) Criação da logomarca do Núcleo – NEGAF (2018).

Assim, constatou-se que o processo de intervenção realizado junto aos agricultores familiares através do projeto de extensão tecnológica possibilitou a compreensão sobre a necessidade de se considerar as particularidades concretas de todos os agricultores, pois eles não podem ser analisados sob um mesmo patamar na medida em que se identificam diferenças no que tange aos sistemas de sentido, de significados e, especialmente, com relação as suas condições objetivas de vida (AREND; DEPONTI; KIST, 2017).

1.2 A GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL PELOS AGRICULTORES FAMILIARES

Neste item serão apresentados elementos empíricos identificados através das oficinas de integração referentes aos processos de gestão da propriedade rural dos agricultores familiares vinculados ao Núcleo. Destaca-se que se compreende por gestão rural não somente os aspectos vinculados ao controle contábil e gerencial, mas a propriedade como um todo, relacionando-se a aspectos econômicos, financeiros, administrativos, ambientais, sociais que qualificam a tomada de decisão. Dessa forma, a gestão contábil e gerencial engloba o controle de despesas e de receitas a partir de fluxo de caixa, a informações mais detalhadas sobre renda bruta, renda líquida, índices de eficiência econômica, custos de produção.

Embora o Núcleo tenha sido criado no ano de 2017, o trabalho junto aos agricultores familiares no Vale do Caí vem sendo realizado desde 2012 quando da realização de um

Projeto Piloto² em que 10 famílias de agricultores participavam. Tal situação contribuiu para a qualificação de algumas atividades e também para a reflexão sobre algumas ações.

Nesse sentido, salienta-se que os agricultores foram separados em dois grupos na qual foram agrupados aqueles que de fato possuíam interesse na gestão rural e os demais. Dessa forma, as oficinas de gestão rural foram realizadas para o grupo de agricultores que já possuía compreensão sobre sua importância e que manifestava tal interesse. Para os demais agricultores foram realizadas atividades de acordo com suas demandas, privilegiando-se outras temáticas. Esta ação buscou aproximar os objetivos do projeto aos objetivos dos agricultores, o que possibilitou um processo de construção coletiva da aprendizagem e do conhecimento.

Em função desse processo de reflexão sobre as ações desenvolvidas pela equipe do Núcleo foram inseridas algumas mudanças na condução do processo de acompanhamento dos agricultores em suas propriedades e da introdução dos controles econômicos e financeiros. Primeiramente foi distribuído um caderno de controle de despesas e de receitas e uma cartilha para levantamento patrimonial. No entanto, o preenchimento das informações, na maioria dos casos, foi realizado em conjunto com a equipe. Posteriormente, a equipe reuniu-se e analisou cada uma das propriedades realizando os cálculos contábeis e fazendo um diagnóstico para cada propriedade. Este diagnóstico foi repassado aos agricultores e discutido em família. Após, os agricultores interessados puderam participar de oficinas de integração realizadas com o objetivo de discutir e de aprofundar o uso de controles contábeis e econômicos e o levantamento dos custos de produção.

A construção de processo de gestão rural que possa ser apropriado pelos agricultores familiares está sendo o desafio da equipe neste momento. Conforme já mencionado por Deponti (2014, p. 11) há um “[...] descompasso entre inúmeros softwares e ferramentas de gestão e o baixo uso por parte dos agricultores, aliado à desconexão das ferramentas existentes com a capacidade e a necessidade dos agricultores”.

Em função dessa situação a equipe do projeto se desafiou a construir coletivamente alternativas de gestão e de controle mais apropriados pelos agricultores, uma vez que tais registros foram acompanhados pela visita *in loco* as propriedades pelos bolsistas e pesquisadores. No entanto, embora esta estratégia pareça a mais acertada e consoante com a literatura no que se refere ao desenvolvimento do sentimento de pertencimento e de valorização do “saber-fazer” dos agricultores, na prática, destaca-se que situação descrita exige a maturação de um processo de mediação social que “[...] não se assemelha aos objetivos das políticas públicas e dos projetos de pesquisa e de extensão financiados pelas diversas organizações que apresentam prazo definido, objetivos específicos, resultados esperados, metas alcançadas” (DEPONTI; KIST; AREND, 2017, p.12). Além desta constatação, também se destaca que, no Vale do Caí, de acordo com a pesquisa de Arend, Deponti e Kist (2017), identifica-se que 49,1% os agricultores familiares apresentam ensino fundamental

² O Projeto Piloto consistiu em um teste com 10 famílias de agricultores familiares das atividades de pesquisa e de extensão tecnológica que foram realizadas no período de 2012 a 2014. O Piloto permitiu a equipe do projeto qualificar suas ações, buscando superar alguns obstáculos, aprofundar as parcerias e estreitar os vínculos com os agricultores familiares.

incompleto, fato que dificulta a utilização dos controles gerenciais e contábeis, considerando a complexidade de um processo de gestão de custos de produção no meio rural.

Sobre essa questão, a partir do Núcleo se questiona sobre a homogeneidade dos processos de controle econômico, pois se acredita que há uma heterogeneidade de possibilidades no rural, um mosaico de práticas, há especificidades no processo produtivo, na formação da família, na escolha dos cultivos. Salienta-se que nem todas as propriedades necessitam de complexos controles gerenciais e contábeis, pois se identifica que a grande dificuldade está em compreender cada caso quando se trata de gestão rural para a agricultura familiar.

No entanto, embora a equipe tenha realizado uma proposta de construção coletiva do conhecimento e dos instrumentos de controle gerencial, observou-se que há grande dificuldade na prática de concretização dessa proposta, pois há obstáculos no que se refere à reunião de toda a equipe de trabalho, à participação dos agricultores, à aproximação entre dos distintos conhecimentos, à motivação para continuidade do processo pelos agricultores de forma autônoma.

2. A CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL PELOS AGRICULTORES FAMILIARES

Nesta seção serão tratados os resultados alcançados a partir do desafio da construção coletiva de um instrumento de gestão da propriedade rural. Através do projeto desenvolveu-se um sistema de gestão rural baseado em controles econômicos e financeiros mais próximo da realidade do agricultor familiar e que possibilita uma dimensão mais ampliada da propriedade como um todo. A análise de *mix* desenvolvida traz uma contribuição e inovação no sentido de realizar os controles de atividades de produção diversificada, mesmo sem ter havido a alocação dos custos indiretos de produção através da técnica do custeio variável com análise de custo/volume/lucro.

A análise de *mix* pode ser utilizada para uma visão sistêmica dos empreendimentos sendo aplicada para qualquer setor, principalmente o segmento rural em que os custos fixos podem ser mais facilmente setorizados. Configura-se como uma triangulação que vai ao encontro de uma visão interdisciplinar nas ciências sociais aplicadas.

Com o desenvolvimento da sociedade e das organizações as estruturas das empresas e dos empreendimentos de todos os ramos de atividade passaram por profundas transformações que impactaram na forma de tratamento da gestão de custos. Estas transformações podem ser percebidas pelas novas formas de organização da produção, pelo aumento do nível de *mix* de produtos, ciclo de vida e pela própria estrutura organizacional que ficou cada vez mais complexa (BORNIA, 2010; MARTINS; ROCHA 2010; CREPALDI, 2017; FONTOURA, 2013; 2015). As alterações organizacionais impulsionaram novas formas de mensurar esta complexidade nos empreendimentos com o desenvolvimento de novas tecnologias de tratamento de custos denominadas de métodos de custeio.

Os métodos de custeio são formas de mensurar custos para produtos ou serviços e figuram tecnologias de gestão para as organizações. Como principais tecnologias utilizadas no Brasil destaca-se a metodologia de custeio por atividades (ABC), técnica de origem alemã que foi aperfeiçoada na década de 1970 nos Estados Unidos por Kaplan e Cooper e objeto de muitos estudos no Brasil. Outra técnica utilizada principalmente na região sul do Brasil é a metodologia da UEP (unidade de esforço de produção), uma técnica de origem francesa que tem como principal objetivo imputar custos indiretos de fabricação aos produtos ou serviços (MARTINS; ROCHA, 2010).

O custeio variável diferentemente das duas técnicas citadas anteriormente tem como objetivo alocar somente custos variáveis para os produtos, sendo os custos fixos tratados como despesas de estrutura independente do volume produzido, visão muito compartilhada entre autores nacionais (MARTINS, 2010; MARTINS; ROCHA 2010; BORNIA, 2010; CREPALDI, 2017).

A análise de *mix* consiste em levantar a margem de contribuição de cada produto através da equação (preço de venda- despesas variáveis diretas- custos variáveis diretos). A fórmula da margem de contribuição $MC = PV - DVD - CVD$ é conhecida na literatura de gestão de custos em nível nacional e internacional. Entretanto, na análise de *mix* é realizada de forma prática em uma modelagem em Excel. Essa análise traz como principal inovação o cálculo do fator de equilíbrio $FE = CF \text{ total} / \text{margem de contribuição } mix$, que pode ser utilizado para calcular o ponto de equilíbrio de cada item do *mix* de produtos bem como o ponto de equilíbrio geral do empreendimento estudado. Dessa forma, pode-se perceber a situação econômica do negócio estudado bem como utilizar projeções de resultados com simulações para decisões gerenciais que envolvem o *mix* estudado.

Pode-se dizer que a análise de *mix*, mesmo sem ter a complexidade da distribuição dos custos fixos, possibilita um bom diagnóstico para os negócios com uma multidimensionalidade, avaliando-se: a) o valor agregado pelo preço praticado pelo produto; b) o nível de impostos e outras despesas que são variáveis ao preço; c) o custo variável do produto; e, d) o volume produzido.

Além destas variáveis pode-se usar a matriz de análise *mix* em conjunto com a conhecida, internacionalmente, teoria das restrições com mapeamento de produtividade dos processos envolvidos. A técnica de triangulação, por se tratar de utilização de múltiplos métodos, é considerada, para vários especialistas, de grande conveniência devido às fragilidades que um único método pode trazer. (AZEVEDO et al., 2013).

Acredita-se que, na maioria dos casos, seja mais conveniente que não se adote apenas um método de custeio, mas se utilize partes de cada um para montar um sistema personalizado de acordo com a necessidade de cada organização. Essa informação vai ao encontro das mudanças sociais e organizacionais ocorridas com o advento das possibilidades pós-industriais, o aumento do setor dos serviços e a complexidade organizacional (TOFFLER, 1995; TENÓRIO, 2007).

Salienta-se que o material desenvolvido pela equipe ainda se encontra distante da apropriação pelos agricultores familiares da região, pois se baseia no conhecimento

científico com pequenas aproximações as necessidades e a realidade desses agricultores. A equipe fará algumas oficinas para a apropriação dos agricultores sobre a análise de *mix* e a qualificação da tomada de decisão. Contudo, destaca-se que a análise de *mix* provavelmente será modificada procurando-se atender a demanda dos agricultores e, caso seja possível a apropriação, será construída uma planilha eletrônica em *Excel*. A apropriação dos agricultores a um processo de gestão é imprescindível para a qualificação da tomada de decisão. No entanto, a equipe tem consciência da necessária interface social que deve existir entre os saberes (técnico e tradicional) dos envolvidos.

Embora a análise de *mix* possa sofrer modificações a partir da apropriação dos agricultores, observa-se que este processo se constituiu em uma inovação gerada a partir do Projeto de Pesquisa e de Extensão.

3. O DESAFIO DO PROCESSO DE MEDIAÇÃO SOCIAL³

A abordagem da mediação social em que se observa os processos de desenvolvimento rural/regional como processos de intervenção social foi a escolhida para a compreensão da mediação realizada pelo NEGAF junto aos agricultores familiares.

Nesse sentido, compreende-se o desenvolvimento como um processo de mudança social, complexo, multiator, multiescalar, multidimensional, carregado de heterogeneidades de práticas, de processos e de políticas, sem limites definidos no tempo e no espaço, que avança e retrocede. Quando o olhar repousa sobre a intervenção para o desenvolvimento, tanto rural como regional, destacam-se os seguintes aspectos: a mediação, a alteridade e a sensibilidade.

O termo mediação é de fundamentação intervencionista e constituído por múltiplos processos de negociação. Este processo é de interface entre as partes envolvidas não sendo constituído nem como um processo de “cima para baixo” (*top-down*) e nem de “baixo para cima” (*bottom-up*), mas “de encontro”. Nessa perspectiva, os diferentes conhecimentos se entrelaçam, tornando-se um híbrido, que valoriza tanto o conhecimento técnico quanto o saber-fazer. A mediação leva ao sentimento de pertencimento, ao fazer parte do processo, quando se é parte, torna-se legítimo e legitimado, representado.

De acordo com Neves (2008, p. 24),

Como as condições de mediação são elas mesmas socialmente determinadas, elas não podem absolutamente ser reificadas e generalizadas. São contextuais, porque pressupõem ações humanas na construção de significados e respectivas práticas.

³ A seção teórica deste item baseou-se no capítulo 3 da Tese de Doutorado de Deponi (2010).

A alteridade é a compreensão do outro a partir dele mesmo, não da nossa trajetória, mas dentro do sistema de sentido do outro, do seu conjunto de significado, de crenças e de costumes, do seu próprio pensar-agir-sentir.

A alteridade discursiva se apoia em um pressuposto de semelhança. O discurso do primeiro não se acha situado no mesmo plano que o discurso do segundo: o sentido que o mediador estabelece depende do sentido do mediado, mas é ele quem detém o sentido desse sentido — o mediador é quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa esse sentido (CASTRO, 2000).

Já a sensibilidade é a capacidade de observar, compreender, se deixar entender, se permitir conhecer e ser conhecido. Define-se a partir da capacidade de escuta. A mediação pressupõe reconhecer o mediado na sua condição de Sujeito: ao mirá-lo com um olhar distanciado e carente de empatia, construí-lo como um objeto exótico, diminuí-lo como um primitivo não coevo ao observador, negar-lhe o direito humano à interlocução (CASTRO, 2000), observa-se o mediado como objeto e não sujeito.

Assim, considerando-se o desenvolvimento como uma intervenção ou um processo de mediação social, observa-se a necessidade de se compreender a prática daqueles envolvidos em tal configuração. Na situação em análise os mediadores são representados pelos pesquisadores e bolsistas do Núcleo e os mediados pelos os agricultores. A intervenção, de acordo com Sardan (1995), consiste em tentar transferir certos saberes que são originários do conhecimento técnico-científico para as populações locais que são dotadas de conhecimentos próprios, os quais repousam sobre sistemas de sentido complexos e evolutivos.

Conforme Etesse (2006), os mediadores apresentam um estereótipo (rótulo) de agentes capacitados para levar aos mediados soluções preparadas, prontas para melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento rural/regional. O desenvolvimento seria um conceito ideologizado, pois está baseado no discurso generoso e na intenção de mudar para melhor a vida dos outros.

O processo de intervenção para o desenvolvimento tem por base uma ação voluntarista de transformação da realidade dos outros, de um discurso de reinterpretação com ênfase na ação e em atividades que estão calcadas em resultados esperados, que, muitas vezes, ignoram a negociação, a contradição, o conflito e a continuidade de ações que ocorrem antes, durante e depois de uma ação intervencionista que independem da vontade dos interventores (DEPONTI, 2010, p. 60).

Na compreensão de Etesse (2006), o mediador deveria agir como um catalisador, dinamizador, motivador, facilitador, que orientaria as decisões, assessoraria e acompanharia os atores locais, permitindo que eles assumissem suas próprias decisões, reconhecendo-lhes o direito de errar e, sobretudo, de ratificar. A palavra-chave seria a negociação que implica reconhecer o outro e reconhecer a horizontalidade na relação.

A complexidade não se restringe a ação do mediador, mas também ao processo de mediação. Quintana (2006) questiona se os agentes de desenvolvimento podem ser vistos como pessoas que dedicam sua vida para melhorar a existência dos outros. Haveria pertinência na intervenção em cenários nos quais, na maioria das vezes, não se foi convidado, se é externo, alheio ou está demasiadamente envolvido e/ou se faz parte dele? Para o autor, a corrente relativista da antropologia não concorda com a ideia de processos de mudança e de desenvolvimento em que indivíduos, agentes de mudança ou organizações pretendem modificar mundos de vida, porque não há culturas ou mundos de vida que possam ser considerados superiores a outros. A sociologia do desenvolvimento considera que, apesar dos esforços dos agentes de mudança para realização de um processo de mudança horizontal, democrático e participativo, não seria possível evitar as relações de poder e de dominação que geram esses agentes.

O desafio da postura mediadora está justamente no desenvolvimento da capacidade de reflexão, análise e decisão dos mediados, considerando que as escolhas por estes últimos definidas poderão ser diferentes e diversas daquelas inicialmente propostas. A capacidade de transformar os mediados em sujeitos do processo de desenvolvimento coloca ao mediador a necessidade de um perfil flexível, maleável, diplomático, forçando o abandono daquelas antigas posturas de persuasão, determinismo, linearidade e difusão. A dificuldade é essa transformação, a busca por um fazer diferente, a prática de novos saberes e, sobretudo, a aceitação da necessidade desse novo perfil. A realização desse processo de transformação de mediados em mediadores implica desafios, conflitos, negociação e resistências (DEPONTI, 2010, p. 61-62).

O desenvolvimento regional expressa-se em termos diversos, nas particularidades do território, na valorização da especificidade. O processo de mediação realizado a partir da extensão, na visão da equipe do NEGAF, implicaria na colaboração para transformação e para a conquista da autonomia dos agricultores, contribuindo para que eles próprios sejam capazes de resolver seus problemas e de criar novas práticas ou processos apropriados às suas condições específicas e de acordo com a sua vontade. Dessa forma, não se pretendeu substituir um conhecimento pelo outro, mas construí-lo coletivamente, considerando-se o modo de “pensar-agir-sentir” próprio do grupo. De acordo com Freire (1984) seria uma intervenção que possibilitasse a revitalização da informação conforme a dinâmica cultural própria do meio rural.

Assim, constatou-se que o processo de intervenção realizado junto aos agricultores familiares através do projeto de extensão tecnológica possibilita a compreensão sobre a necessidade de se considerar as particularidades concretas de todos os agricultores, pois eles não podem ser analisados sob um mesmo patamar na medida em que se identificam diferenças no que tange aos sistemas de sentido, de significados e, especialmente, com relação as suas condições objetivas de vida (AREND; DEPONTI; KIST, 2017).

No entanto, embora a equipe tenha realizado uma proposta de construção coletiva do conhecimento e dos instrumentos de controle gerencial, observou-se que há grande dificuldade na prática de concretização dessa proposta, pois há obstáculos no que se refere à

reunião de toda a equipe de trabalho, à participação dos agricultores, a aproximação entre dos distintos conhecimentos, à motivação para continuidade do processo pelos agricultores de forma autônoma.

Nesse sentido, observam-se vários desafios com relação à intervenção propriamente dita, pois embora tenha sido proposto inicialmente mediar para construção coletiva do conhecimento, ainda encontram dificuldades de atuação, pois se reconhece que além do distanciamento existente entre o conhecimento produzido na universidade e o conhecimento popular, o processo de interface social para o encontro de mundos distintos é conflituoso, contraditório, complexo e lento. Por outro lado, há um reconhecimento de que é através desta interface entre a pesquisa e a extensão que a Universidade se aproxima dos problemas reais e concretos da sociedade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE O TEMA

Evidenciam-se elementos importantes apontados por autores como Deponti, 2014; Felippi, Deponti e Dorneles, 2017; Deponti et al, 2015; Arend, Deponti e Kist, 2017; Barcelos et al., 2014 dentre os quais se destacam:

- a participação restrita dos agricultores nas atividades de extensão realizadas, embora tenha-se identificado um interesse dos mesmos em relação ao processo de qualificação da gestão das propriedades e do controle dos custos;
- resistência dos agricultores e sentimentos de desconfiança quanto à prática de realizar registros, especialmente pelo fato de a mesma não ser vivenciada em seu cotidiano, o que prejudica a utilização dos instrumentos para a tomada de decisão e dificulta o processo de socialização dos dados, devido ao receio de partilhar elementos de suas propriedades com outros agricultores integrantes do grupo;
- o nível educacional e a idade avançada dos agricultores aliada à cultura de não realizar registros escritos, fatores que dificultam a implantação de práticas de gerenciamento;
- a falta de compreensão sobre a contribuição desta prática de registros para a tomada de decisões e a qualificação do processo de gestão;
- a heterogeneidade da agricultura familiar no que se refere ao processo de produção (acesso aos mercados; capacidade de geração de renda e de acumulação) e às características dos agricultores (grau de escolaridade; composição familiar; diversidade produtiva das propriedades no tocante ao tamanho, aos tipos de cultivo e de criações disponibilidade de recursos;), elementos que dificultam uma generalização quanto ao modelo de gerenciamento compatível com as distintas características;
- a gestão das propriedades rurais é pautada por processos de intervenção em detrimento de uma interface social que garanta o protagonismo dos agricultores;

- necessidade de maior valorização dos agricultores com relação às atividades de campo em detrimento das atividades de gestão;

- a dificuldade dos agricultores em acompanhar e considerar a evolução do mercado e as alterações nos hábitos de consumo, ultrapassando a consideração de suas atividades de forma desvinculada dos demais segmentos da cadeia produtiva ou dos próprios hábitos dos consumidores.

Por outro lado, em que pesem os desafios referidos, constata-se que o NEGAF alcançou avanços significativos que têm relação com elementos evidenciados por autores como Deponti (2014); Felippi, Deponti e Dorneles (2017); Deponti et al, (2015); Arend, Deponti e Kist (2017); Barcelos et al., (2014) conforme destacado a seguir:

- a compreensão de que a construção da intimidade e da confiança entre os membros da equipe e o sentimento de pertencimento por parte dos agricultores é construído de forma processual, de acordo com a participação deles e com a compreensão sobre a importância e a necessidade de serem realizadas mudanças no processo de gestão da propriedade;

- a importância da construção coletiva de processos de gestão que incluam a utilização de planilhas eletrônicas com base nas despesas e nas receitas previamente definidas pelos agricultores participantes, e não a utilização de *softwares* de difícil compreensão e de difícil adaptação;

- a identificação de que o uso de métodos de gestão nas unidades familiares favorece melhores condições para a sua inserção nos mercados e, conseqüentemente, para contribuir para a geração de renda das famílias de agricultores.

Identifica-se que o processo de intervenção realizado junto aos agricultores familiares através do projeto de extensão tecnológica possibilita a compreensão sobre a necessidade de se considerar as particularidades concretas de todos os agricultores, pois eles não podem ser analisados sob um mesmo patamar na medida em que se identificam diferenças no que tange aos sistemas de sentido, de significados e, especialmente, com relação as suas condições objetivas de vida. Nesse sentido, salienta-se a importância da mediação no processo de acompanhamento dos agricultores familiares, na medida em que as ações desenvolvidas através do projeto analisado não consistem somente na transferência de saber, mas implicam em uma reciprocidade entre os envolvidos garantindo uma “interface social” e uma “inter-relação” entre os mesmos, conforme referido por Deponti e Almeida (2010), Deponti (2014), Deponti et al, (2015).

Compreende-se que as Universidades possuem um papel fundamental especialmente no que se refere à garantia de que os agricultores familiares obtenham autonomia e tenham possibilidade de tomar suas decisões de forma segura, apropriados das informações necessárias para o processo de gestão de suas propriedades (DEPONTI, 2014; AREND; DEPONTI; KIST, 2017). Entretanto, há que se admitir, também, que a compreensão do universo material, simbólico e intelectual dos agricultores familiares ainda se constitui como um desafio para os autores que trabalham com inovação tecnológica, principalmente no tocante à gestão dos processos.

Consta-se que a agricultura familiar consiste em um universo heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, de acesso a mercados ou de capacidade de geração de renda e acumulação, pois ela abarca um conjunto amplo e diversificado de agentes com distintas estratégias de atuação, seja visando à reprodução familiar ou à acumulação capitalista (DEPONTI, 2014). Nesse sentido, em que pesem os limites apontados no processo, identifica-se que o Projeto desenvolvido no Vale do Caí e em Sobradinho-RS possui uma relevância devido à disponibilização de informações e de acompanhamento aos agricultores familiares através da implementação das TIC no meio rural na perspectiva do desenvolvimento rural/regional.

Salienta-se que a intervenção realizada a partir das atividades do Núcleo de Extensão Tecnológica e Gestão Rural para a Agricultura Familiar apresentou resultados positivos, pois se verificou maior inter-relação entre a universidade e a comunidade da região do Vale do Caí. Tal experiência está permitindo a reflexão ao longo da prática sobre os processos de intervenção para o desenvolvimento.

Nesse sentido, observam-se vários desafios com relação à intervenção propriamente dita realizada pelo Núcleo, que embora tenha se proposto mediar para construção coletiva do conhecimento ainda encontra dificuldades de atuação, pois reconhece que além do distanciamento entre o conhecimento produzido na universidade e o conhecimento popular, o processo de interface social para o encontro de mundos distintos é conflituoso, contraditório, complexo e lento. Mas é nesta interface entre a pesquisa e a extensão que a Universidade aproxima-se dos problemas reais e concretos da sociedade.

Assim, conclui-se que o referido Núcleo possibilita a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e o envolvimento dos alunos, dos professores da graduação da pós-graduação, da comunidade regional, das organizações sociais como o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a EMATER/RS-ASCAR, a ACI Montenegro e Pareci Novo.

Por fim, os resultados apresentados confirmam que a produção do conhecimento somente é possibilitada através da articulação entre o conhecimento científico dos professores, dos alunos e dos parceiros envolvidos no processo, em conjunto com o conhecimento dos próprios agricultores, adquiridos ao longo de suas trajetórias de vida, resultando assim na construção de um conhecimento híbrido que é obtido através da interface social. Assim, concluiu-se que o referido Núcleo possui uma relevância social na medida em que possibilita através da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a produção do conhecimento e a contribuição para o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

AREND, S. C.; DEPONTI, C. M.; KIST, R. B. B. O uso de TIC pela agricultura familiar no território do Citros: Vale do Caí-RS. Informe Gepec (Impresso), v. 20, p. 71-84, 2017.

AZEVEDO, C. E. F. et al. A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4, 2013, Brasília. Anais... Brasília: ANPAD, 2013.

BARCELOS, Luana et al. AGRICULTURA FAMILIAR E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs): PROJETO PILOTO VALE DO CAÍ. *Revista Jovens Pesquisadores*, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 1, jun. 2014. ISSN 2237-048X. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/4454>>. Acesso em: 16 nov. 2018. doi:<https://doi.org/10.17058/rjp.v4i1.4454>.

BORNIA, ANTONIO C. *Gestão de custos para empresas modernas*. Editora Atlas, São Paulo, 2010.

BUAINAIN, A. M., SOUZA FILHO, H.; SILVEIRA, J. M. Inovação tecnológica na agricultura e agricultura familiar. In: LIMA, D; WILKINSON, J. (Org.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília, CNPq/Paralelo, 2007.

CASTRO, E. V. de. **O NATIVO RELATIVO**. *Mana* 8(1), 2002, p. 113-148.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Gestão de custos*. Editora Atlas, São Paulo, 2017.

DEPONTI, C. M. As “agruras” da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. *REDES, Revista do Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, 2014, p. 9-24.

DEPONTI, C. M. *Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2010. 276 f. Doutorado (Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DEPONTI, C. M.; KIST, R.B.B.; AREND, S. *Desenvolvimento regional e agricultura familiar: o uso e a apropriação das Tics no Vale do Caí – RS*, *Desenvolvimento Regional em debate*, v. 5, n. 2, p. 170-187, jul./dez. 2015.

DEPONTI, C. M.; KIST, R. B. B.; AREND, S. C.; *TIC e Agricultura Familiar: uma experiência de pesquisa e de extensão tecnológica no território do Citros-RS*. In: *Anais Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional*, p., 2017.

DEPONTI, C.M., AREND, S. C., KIST, R. B.B. *Relatório de Pesquisa. O uso e a apropriação de Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) pela Agricultura Familiar no Vale do Caí – RS*. Santa Cruz do Sul. 2017.

DEPONTI, C. M., FELIPPI, A. C. T., DORNELLES, M. *Os usos e as apropriações das Tics na agricultura familiar em regiões do sul do Brasil*. *Anais do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território*, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 2015.

DEPONTI, C.; ALMEIDA, J. *Mediação social nos projetos de desenvolvimento rural: reflexão teórica e contextualização do caso brasileiro*. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo. (Orgs.). *Las agriculturas familiares Del MERCOSUR: trayectorias, amenazas e desafios*. Ediciones; Ciccus, 2010, p. 21-44.

ETESSE, G. El personal de los proyectos: parte de la solución o del problema? In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. 18 p.

FREIRE, M. Comunicação de Informações tecnológicas para o meio rural. Ci Inf. 13 (1): jan-jun, 1984, p. 67-71.

FONTOURA, F.B.B. da. Gestão de custos: uma visão integradora e prática dos métodos de custeio. São Paulo: Atlas, 2013.

FONTOURA, F.B.B. da. Mudanças de métodos de custeio e o impacto no sistema de informação gerencial: um estudo qualitativo. Estudos do CEPE, v. 42, p. 98-113, 2015.

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Welington. Métodos de custeio comparados: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C.; SEGATTI, S. Sistema de gestão de custos nas pequenas propriedades leiteiras. In: _____. Custos e @gronegocio on line. v. 2, n. 2, Jul./Dez. 2006. Disponível em: < www.custoseagronegocioonline.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2014.

MILLARD, J. et al. As tecnologias da informação ao serviço do desenvolvimento rural. Tradução de Andréia Roma. 4.ed. São Paulo: Leader, 2000. 52 p.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: Desenvolvimento Social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. p. 21-44.

QUINTANA, R. D. Intervención en el desarrollo: és, o no es la cuestión. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. 20 p.

SARDAN, J. P. O. Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie Du changement social. Paris: APAD-Karthala, 1995. 221 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TOFFLER, Alvin. Powershift as mudanças do poder: um perfil da sociedade do século XXI pela análise das transformações na natureza do poder. Rio de Janeiro: Record, 1995.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Tecnologia da informação transformando as organizações e o trabalho. FGV Editora, 2007.

VIERO, V; SOUZA, R. Comunicação rural on line: promessa de um mundo sem fronteiras - estudo de caso do modelo de monitoramento agrícola do Sistema Irriga da Universidade Federal de Santa Maria. XLVI Congresso SOBER. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco. Acre, 2008.